



Fontes textuais no ensino de História Regional: em pauta a Ditadura Civil-Militar no estado de Mato Grosso do Sul

Antonia Cristina Rocha Fioravante.

Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

 0009-0002-7464-0679

Luiz Antonio Piesanti.

Doutorando em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bolsista CAPES/CNPq.

 0000-0001-5701-9050

Carla Villamaina Centeno.

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora titular do Curso de Pedagogia e Coordenadora do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, História e Educação - GEPSE/HISTEDBR/MS.

 0000-0002-7275-0367

 <https://doi.org/10.28998/rchv15n30.2024.0008>

Recebido em 05/09/2024

Aprovado em 07/12/2024



Fontes textuais no ensino de História Regional: em pauta a Ditadura Civil-Militar no estado de Mato Grosso do Sul

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto as fontes históricas textuais e tem o objetivo de realizar um levantamento de obras memorialistas e livros temáticos acerca do período ditatorial brasileiro (1964-1985), tendo como recorte espacial o sul de Mato Grosso, a partir de 1979 estado do Mato Grosso do Sul. Buscou-se, por meio desta pesquisa, auxiliar no aporte de fontes históricas textuais, que sirvam de referências bibliográficas e instrumento didático, os quais os professores de História possam consultar e utilizar em sala de aula. Por meio da análise documental, dos referenciais normativos curriculares da educação – nacional e local – buscou-se compreender como essas fontes se encaixam nas habilidades e competências apontadas nesses documentos. Trata-se, então, de uma revisão bibliográfica qualitativa de obras literárias e análise documental, com recorte para o período ditatorial brasileiro (1964-1985), de autores que buscaram demonstrar que a Ditadura Civil-Militar não foi exclusiva dos grandes centros do Brasil, mas também impactou a região que atualmente é o estado de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar; Historiografia; Mato Grosso do Sul

Textual Sources for Teaching Regional History: Addressing the Civil-Military Dictatorship in Mato Grosso do Sul

ABSTRACT

This research focuses on textual historical sources and aims to survey memoirs and thematic books about the Brazilian dictatorship period (1964-1985), with a spatial focus on the southern region of Mato Grosso, which became the state of Mato Grosso do Sul in 1979. The study seeks to contribute to the repertoire of textual historical sources that can serve as bibliographic references and didactic tools for History teachers to consult and use in the classroom. Through document analysis and a review of national and local educational curriculum guidelines, the research examines how these sources align with the skills and competencies outlined in these normative frameworks. This is a qualitative bibliographic review of literary works and document analysis, focusing on the Brazilian dictatorship period (1964-1985), authored by writers who demonstrate that the Civil-Military Dictatorship was not exclusive to Brazil's major urban centers but also significantly impacted the region that is now Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS: Civil-Military Dictatorship; Historiography; Mato Grosso do Sul.

Introdução

Este artigo propõe identificar fontes textuais, com ênfase em obras memorialistas e livros temáticos locais, como instrumentos didáticos no ensino de História Regional em Mato Grosso do Sul, abordando a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Embora a região tenha sido profundamente marcada pelo autoritarismo e pelas violações de direitos humanos, essas experiências, amplamente documentadas em memórias e obras literárias, ainda são pouco exploradas no contexto educacional local.

A interseção entre Literatura e História tem se mostrado uma ferramenta valiosa para compreender eventos passados e suas implicações sociais e culturais. Durante os regimes autoritários na América Latina no século XX, obras memorialistas emergiram como fontes cruciais para construir narrativas históricas que articulam experiências individuais e coletivas. Assim, ao integrar Literatura e História, busca-se preservar a memória e promover o pensamento crítico sobre o passado.

Jacques Le Goff (1990) define a memória coletiva como um fenômeno dinâmico, construído e reconstruído por meio de narrativas e práticas sociais, desempenhando um papel essencial na formação das identidades. Diferente da história, a memória não é linear nem objetiva, estando sujeita a reinterpretações constantes. Complementando essa perspectiva, José Luiz Fiorin (2000) oferece uma abordagem semiótica estruturada para analisar narrativas, com foco nas categorias semióticas básicas, nas ações e relações narrativas, e nas escolhas linguísticas que materializam o sentido textual. Para trabalhar obras literárias e memorialistas no ensino de História, é indispensável considerar esses aspectos linguísticos e narrativos. De acordo com Fiorin (2000),

Não basta recomendar que o aluno leia atentamente o texto muitas vezes, é preciso mostrar o que é que se deve observar nele. A sensibilidade não é um dom inato, mas algo que se cultiva e se desenvolve. [...] O texto pode ser abordado de dois pontos de vista complementares. De um lado, podem-se analisar os mecanismos sintáticos e semânticos responsáveis pela produção do sentido; de outro, pode-se compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (Fiorin, 2000, p. 9-10).

Fiorin (2000) discorre sobre o conceito de sintaxe discursiva e semântica discursiva. A primeira se refere à organização e estruturação dos elementos de um discurso, destacando-se pela maneira como as frases/orações e enunciados são

articulados para formar um sentido coerente e coeso. A sintaxe discursiva envolve a análise das relações entre os diferentes componentes textuais, como a ordem das palavras, a subordinação e coordenação das orações, bem como o uso de conectores e pronomes que estabelecem a coesão textual. Esse nível de análise permite identificar como a estrutura sintática contribui para a construção do sentido, podendo revelar as estratégias utilizadas pelo enunciador para guiar a interpretação do leitor e garantir a clareza e fluidez do texto.

A enunciação define-se como a instância de um *eu-aqui-agora*. Com efeito, o sujeito da enunciação é sempre um eu, que opera, ao realizar a produção discursiva, no espaço do aqui e no tempo do agora. Por isso, a sintaxe do discurso, ao estudar as marcas da enunciação no enunciado, analisa três procedimentos de discursivização, a actorialização, a espacialização e a temporalização, ou seja, a constituição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. [...] A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido. [...] No seu fazer persuasivo, o enunciador procura criar efeitos de estranhamento com a finalidade de chamar a atenção do enunciatário para sua mensagem. Para isso, utiliza-se de recursos retóricos. [...] os mecanismos retóricos não são ornatos que se possam suprimir, mas constituem uma maneira insubstituível de dizer. Aliás, não deveriam ser chamados figuras, mas procedimentos, mecanismos. Fazem parte dos recursos de persuasão do enunciatário pelo enunciador, pois, instaurando no discurso o segredo e a mentira, desvelam uma nova verdade, produzem um novo saber, descobrem significados, encobrendo-os (Fiorin, 2000, p. 40-62).

A semântica discursiva, segundo Fiorin (2000), analisa como temas e figuras são representados e interpretados no texto, focando em escolhas lexicais e estilísticas, como metáforas e metonímias, que enriquecem seu significado. Também considera implicaturas, pressuposições e inferências influenciadas pelo contexto e pela intertextualidade. Essa abordagem combina aspectos formais e contedúísticos, permitindo uma compreensão mais profunda do sentido no discurso. Pontua-se que, de acordo com Fiorin (2000),

Para uma análise de um texto não interessam a figura ou o tema isolados. Para achar o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral que **unifica os temas** disseminados num discurso temático, é preciso apreender os encadeamentos das figuras ou dos temas, ou seja, os percursos figurativos ou temáticos. [...] o nível dos temas e das figuras é o **lugar privilegiado de manifestação da ideologia**. Com efeito, não é nos níveis mais abstratos do percurso gerativo que se manifesta, com plenitude e nitidez, a ideologia, mas na **concretização dos valores semânticos** (Fiorin, 2000, p. 75, grifo nosso).

Ademais, Fiorin (2000) aproveita o ensejo para exemplificar sua fala com um cenário – recorte deste trabalho – em que a compreensão da língua e das figuras de linguagem desempenhou papel crucial. Durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985), o regime autoritário impôs restrições severas no que concerne à liberdade de expressão. Essa ocasião levou escritores, jornalistas e intelectuais da época a utilizarem estratégias discursivas para “driblar” a censura. Para o linguista,

Durante o período da ditadura, o discurso de todos os homens da oposição apresentava, no nível narrativo, um querer entrar em conjunção com a democracia. É claro que, se o valor “democracia” aparecia em seus discursos, estavam contra a ditadura. No entanto, nessa época, não era preciso tematizar ou figurativizar a conjunção com a democracia. Derrubada a ditadura, foi necessário explicitar o que cada segmento da oposição entendia por essa conjunção e aí percebemos que não falávamos todos da mesma coisa, que não havia unanimidade entre os que combateram o governo militar. Para uns, a conjunção com a democracia tematiza-se como liberdades formais e não interferência do Estado na esfera da produção (a não ser, é evidente, para conceder generosos subsídios, etc.). Para outros, tematiza-se como superação de todas as formas de exploração e de opressão de uma classe por outra. Só no nível dos temas e das figuras fica patente que a mesma invariante do nível narrativo manifesta universos ideológicos bastante distintos (Fiorin, 2000, p. 75-76).

As figuras de linguagem, como metáforas, metonímias e ironias, por exemplo, tornaram-se ferramentas essenciais para transmitir mensagens subversivas de forma velada. Isso possibilitou a crítica ao regime e a mobilização política sem incorrer diretamente nas penalidades impostas pela censura estatal. A análise e o entendimento dessas figuras de linguagem foram (e continuam sendo) fundamentais para a interpretação dos textos produzidos nesse contexto histórico, pois revelam as formas criativas e engenhosas com que os indivíduos resistiram às opressões e denunciaram as injustiças sociais e políticas.

À vista disso, tem-se que as obras memorialistas são documentos textuais que se encontram num eixo literário-realista – sendo consideradas fontes históricas –, de modo que esses textos, “também autorais, pretendem se referir de alguma maneira à realidade, não se tratando de pura ficção ou criação livre” (Barros, 2019, p. 103). Sob essa perspectiva, no Brasil, emergiram obras que concentram narrativas acerca do período ditatorial (1964-1985), de autores que pretenderam expor suas vivências. Para Le Goff (1990),

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do

esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 426).

Le Goff (1990) defende que as obras memorialistas devem ser analisadas criticamente, reconhecendo tanto seu potencial para revelar aspectos ignorados pela historiografia tradicional quanto suas limitações inerentes à subjetividade dos autores. Destaca, ainda, que, por meio das memórias, é possível ter acesso não apenas aos fatos históricos, mas às emoções, percepções e interpretações dos indivíduos que os vivenciaram – o que proporciona uma compreensão mais aprofundada do passado.

Ainda no período ditatorial, nas décadas de 1960 e 1970, escritores como Cyro dos Anjos, Jorge Andrade e Pedro Nava foram influenciados pela estética proustiana para retratar a derrocada da velha elite agrária brasileira. O pesquisador Fillipe Mauro (2023) examina, em seu livro *Trois lectures brésiliennes de Proust*, como esses autores utilizaram as técnicas de memória do escritor francês Marcel Proust (1871-1922) para reconstruir um tempo perdido e denunciar o desmoronamento de certas instituições. A obra “Em busca do tempo perdido” (1913), de Proust, embora mencione o Brasil apenas uma vez, teve um impacto significativo na literatura brasileira – especialmente durante a ditadura militar.

Gilles Deleuze (2003), em *Proust e os signos*, analisa a distinção feita por Proust entre memória voluntária e involuntária, destacando o papel dos signos na construção de sua narrativa. Ele aponta que a memória voluntária, evocada conscientemente, é fragmentada e incapaz de capturar plenamente o passado, enquanto a memória involuntária, acionada por estímulos sensoriais, permite um acesso mais profundo e vívido às experiências passadas, revelando verdades essenciais sobre o tempo e a existência. Deleuze (2003) explica que, para Proust, a memória não é o elemento mais profundo do aprendizado, mas um meio para alcançar verdades superiores relacionadas aos signos e à compreensão do tempo.

Os signos são objeto de um aprendizado temporal, não de um saber abstrato. Aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados. [...] Alguém só se torna marceneiro tornando-se sensível aos signos da madeira, e médico tornando-se sensível aos signos da doença. A vocação é sempre uma predestinação com relação a signos. Tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação de signos ou de hieróglifos. A obra de Proust é baseada

não na exposição da memória, mas no aprendizado dos signos (Deleuze, 2003, p. 3-4).

Ademais, Deleuze (2003) argumenta que a estética proustiana está intrinsecamente ligada à interpretação dos signos. Segundo ele, por meio da memória involuntária e da interpretação dos signos, Proust constrói uma narrativa que transcende a linearidade temporal, fundindo passado e presente em uma percepção integrada e rica do tempo. O autor acredita que, no contexto proustiano, a obra de arte é a culminação desse processo de decifração, no qual o escritor transforma as lembranças evocadas em uma expressão artística que captura a essência do tempo recuperado.

No que concerne às obras memorialistas, Cyro dos Anjos (1979) aborda, em *A menina do sobrado*, a decadência de uma família da velha elite agrária brasileira, retratando o declínio econômico e social. A obra reflete o pessimismo do narrador-autor quanto aos rumos políticos do país durante a ditadura militar, utilizando técnicas de memória proustiana para recriar um mundo perdido e expressar seu desejo por mais liberdade. Em *Labirinto*, o narrador de Jorge Andrade (2009) reconstitui as memórias de uma família tradicional brasileira, revelando a perda de sua antiga glória e prosperidade. O romance – publicado durante a ditadura militar – buscou explorar a memória e a identidade, refletindo as angústias e esperanças do autor em um contexto de repressão política. Pedro Nava (2012) utiliza, em *Baú de ossos*, suas memórias para reconstruir a história de sua família e a sociedade brasileira, de modo a abordar a perda de um passado rural e tradicional. Publicado também durante a ditadura militar, o livro é uma crítica ao autoritarismo e uma celebração da memória como resistência, bem como retrata a subjetividade em tempos de opressão. Essas obras exemplificam como os escritores brasileiros utilizaram a memória para lidar com as transformações sociais e políticas durante a ditadura militar. Elas oferecem perspectivas diversas, sobre a história e a identidade brasileiras, destacando a importância da memória coletiva e individual como forma de resistência cultural e política.

Com o objetivo de levantar algumas fontes textuais, destacam-se as obras memorialistas da história regional de Mato Grosso do Sul, que podem contar sobre esse período do estado. Para tanto, foram levantadas as seguintes obras: *Verde a Liberdade, Flagrantes da Revolução em Mato Grosso*, de Pedro Luiz de Souza (1965); *A poeira da jornada: Memórias*, de Demosthenes Martins (1980); *Vale a pena sonhar*, de Apolonio

de Carvalho (1997); *O Patrimônio de São Carlos: do descobrimento do Brasil à fronteira da Ditadura*, de Nilson Britez (2011); *Histórias que ninguém iria contar – História da vida banal do PCB em Mato Grosso do Sul*, de Fausto Mato Grosso (2021), *Nelson Trad – Uma vida pra valer*, de Oscar Ramos Gaspar (2018) e *Luis Samudio: memória de uma vida*, de Laura Samudio Chudecki, neta de Luis Samudio, perseguido na ditadura de Stroessner no Paraguai e preso político na região do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Buscou-se, também, fornecer subsídio bibliográfico por meio dos livros temáticos que se relacionam com o objeto investigado, voltados a atender às demandas do currículo nacional e local, como a história dos povos indígenas, protagonismo feminino e movimentos trabalhistas. São estes: *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso (1920-1980)* e *55 anos de lutas do Sindicato dos Bancários de Campo Grande MS e Região (1955 a 2014)*, de Eronildo Barbosa da Silva (2005 e 2014, respectivamente); *Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura*, de Rubens Valente (2017); *Mulheres na Ditadura: Agenciamentos de Lutas e Resistências*, organizado por Ilsyane do Rocio Kmitta, Suzana Arakaki e Tânia Regina Zimmermann (2022).

Fontes textuais: o caminho para uma construção historiográfica

Em sua obra *Fontes Históricas – uma introdução ao seu uso historiográfico*, José D’Assunção Barros (2019, p. 15) elucida que fonte histórica é “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo a compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente”. Desse modo, as fontes utilizadas para a construção do conhecimento histórico abrangem um leque de possibilidades – nos quais se encaixam as memórias, biografias, crônicas, colunas de jornais que retratam o cotidiano –, que precisam ser contrastadas às fontes científicas, historiográficas, documentais.

São fontes históricas tanto os tradicionais textos documentais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tanto mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam fornecer um testemunho ou discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida (Barros, 2019, p. 16).

A utilização de fontes diversas é, inclusive, uma prática adotada pela Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2017) – primazia normativa e curricular

educacional brasileira. Nesse documento, expõe-se os objetos de conhecimento, bem como as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes em cada etapa de ensino. O documento parte do âmbito Geral, no qual expõe um currículo genérico, em torno de 60%, condicionando os referenciais curriculares estaduais/municipais à inserção dos estudos locais/regionais, em torno de 40% (Fioravante, 2020). Sobre o uso das fontes, a BNCC (2017) elucida que,

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história (Brasil, 2017, p. 398).

Essa ampliação documental que caracteriza as fontes históricas foi uma conquista gradual dos historiadores contemporâneos, conforme a historiografia expandia seus limites e renovava sua prática no século XX. Além da multidiversidade das fontes, “passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercuro de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia [...]” (Barros, 2019, p. 20). De acordo com Barros (2019), a historiografia predominante do século XIX se pautava na sistematização e análise documental, de forma que o historiador deveria provar, no sentido jurídico, as afirmações de suas narrativas – engessando, assim, sua prática. Para o autor, os novos métodos de construção histórica não precisam provar, mas demonstrar, “encarando as fontes como discursos a serem analisados ou como redes de práticas e representações a serem compreendidas” (Barros, 2019, p. 21). Dessa forma, as fontes textuais transcendem o *status* de prova material/documental, sendo explorado mais do que o conteúdo cunhado no papel, mas todo seu contexto político, econômico, social e ideológico. Acerca das fontes utilizadas na construção historiográfica, Lombardi (2004) define como

Um campo de estudo que tem por objeto de investigação as produções da ciência histórica. As fontes de pesquisa constituem as próprias produções históricas, em seus diversos formatos finais de produção e de divulgação, entre os quais: relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses, livros, artigos científicos, anais de eventos científicos, arquivos digitais disponíveis pela internet (Lombardi, 2004, 159)

As obras de caráter memorialista têm como objetivo, por meio de elementos históricos e de uma narrativa literária, enaltecer a história da fundação da cidade, destacando seus “heróis” e figuras políticas importantes. Contudo, os memorialistas se distinguem dos historiadores no modo como tratam as fontes e nas concepções teóricas relacionadas à problematização dos acontecimentos históricos (Santos, 2009). É o que pontua Centeno (2007), acerca do uso das obras memorialistas, ao destacar que,

os memorialistas envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. Geralmente, escreveram sob a forma de crônicas e consultaram, sobretudo, fontes orais. Não revelaram rigor nas citações de suas fontes ou omitiram-nas inteiramente, o que não significa desinformação nem ausência de consultas, inclusive, às fontes escritas (Centeno, 2007, p. 33).

Para o filósofo francês Paul Ricoeur (1994), em sua obra *O tempo e a narrativa*, os discursos estruturam e são estruturados pelas práticas sociais e representações culturais, não devendo ser vistos como textos isolados, mas como parte de redes mais amplas de significação. Para ele, a narrativa é um meio essencial pelo qual os seres humanos compreendem a si mesmos e ao mundo, sendo que essa compreensão se dá por meio de ações e eventos que são interligados pelos discursos.

De um lado, qualquer narrativa pressupõe, da parte do narrador e de seu auditório, uma familiaridade com termos tais como agente, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso etc... Nesse sentido, a frase narrativa mínima é uma frase de ação da forma *X faz A* nestas ou naquelas circunstâncias e levando em conta o fato de que *Y faz B* em circunstâncias idênticas ou diferentes. [...] De outro lado, a narrativa não se limita a fazer uso de nossa familiaridade com a trama conceitual da ação. Acrescenta a esta os traços *discursivos* que a distinguem de uma simples sequência de frases de ação. Esses traços não pertencem mais à trama conceitual da semântica da ação. São traços sintáticos, cuja função é engendrar a composição das modalidades de discursos dignos de serem chamados de narrativos, quer se trate de narrativa histórica, quer de narrativa de ficção. [...] (Ricoeur, 1994, p. 90).

Ricoeur (1994) alega que a narrativa se torna um modo privilegiado de entender a experiência humana, na medida em que articula o tempo (sequência de eventos) e a ação (práticas sociais). Sugere, ainda, que a análise dos discursos deve considerar tanto a dimensão prática (ações e interações que os discursos refletem e influenciam) quanto a dimensão representacional (significados e símbolos que os discursos veiculam). Para

o autor, a narrativa não é apenas um relato passivo de eventos, mas uma prática ativa de significação que constrói e interpreta a realidade.

Barros (2019, p. 34) considera que o posicionamento ideológico de um autor, no que concerne às fontes autorais, “afronta os pontos de vistas positivistas ou ingênuos”. Barros (2019) pontua que é preciso analisar o discurso e o local de fala do discursante, como um criminoso que não irá inquirir contra si mesmo. O autor destaca que “a proximidade presencial não assegura correção, isenção ou precisão em relação àquilo que se diz [...]. Também para a investigação histórica devemos pensar de maneira análoga” (2019, p. 34)”. Nessa perspectiva, é necessário que o historiador se distancie da obra para ter uma visão mais abrangente do contexto em que ela foi construída, para não “[...] considerar as informações ali encaminhadas como expressão rigorosa” (Ibidem).

Nesse contexto, é imperativo destacar que o distanciamento entre autor e obra, ou entre autor e narrador, é um tema amplamente discutido na teoria literária. Em seu texto intitulado “A morte do autor”, Roland Barthes (2004) descreve que

O **autor** é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”. Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido a maior importância à “pessoa” do autor. O **autor** ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra; a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões [...] (Barthes, 2004, p. 58, grifos do autor).

De acordo com Barthes (2004), a identidade e as intenções do autor devem ser separadas da interpretação da obra. Ele defende que a escrita deve ser analisada em si mesma, independentemente da biografia ou das intenções do autor. Segundo o sociólogo, não se pode tomar as obras de Baudelaire, Van Gogh e Tchaikovski com os estigmas do fracasso de Baudelaire, da loucura de Van Gogh e do vício de Tchaikovski, por exemplo. Ou seja, a figura biográfica não deve ser a fonte definitiva de significado para sua obra. O texto deve ser encarado como autossuficiente, contendo dentro de si múltiplos significados que não dependem do autor para serem decifrados. Segundo Barthes (2004),

[...] linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a linguagem conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para “sustentar” a linguagem, isto é, para exauri-la. O afastamento do Autor [...] não é apenas um fato histórico ou um ato de escritura: ele transforma radicalmente o texto moderno [...]. O tempo, primeiro, já não é o mesmo. O Autor, quando se crê nele, é sempre é concebido como o passado de seu livro [...]; outro tempo não há senão o da enunciação, e todo texto é escrito eternamente aqui e agora (Barthes, 2004, p. 60-61, grifos do autor).

Barthes (2004) destaca um ponto negligenciado pela crítica clássica: a centralidade do leitor no processo interpretativo. Ele defende que, ao ser criado, o texto adquire autonomia em relação ao autor, ganhando vida própria por meio da interação com o leitor, que traz suas experiências e contextos. Como afirma Barthes (2004, p. 64), “para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor”.

Por sua vez, Silviano Santiago (2002), em *Nas malhas da letra*, argumenta que, na literatura moderna e pós-moderna, o narrador frequentemente não é claramente distinto do autor. Ele aponta um “jogo de máscaras” em que o narrador pode assumir múltiplas identidades, muitas vezes refletindo o próprio autor. Esse jogo, segundo Santiago, desafia a ideia de separação entre autor e narrativa, transformando o texto em um espaço de experimentação identitária. Em meio à discussão sobre narrador clássico e pós-moderno, Santiago (2002) aponta para o conceito de narrador em obra memorialista, alegando que

Há um conflito de sabedorias na arena da vida, como há um conflito entre narrador e personagem na arena da narrativa. [...] Aqui se impõe uma distinção importante entre o narrador pós-moderno e o seu contemporâneo (em termos de Brasil), o narrador memorialista, visto que o texto de memórias tornou-se importantíssimo com o retorno dos exilados políticos. [...] Na narrativa memorialista o mais experiente adota uma postura vencedora. Na narrativa memorialista, o narrador mais experiente fala de si mesmo enquanto personagem menos experiente, extraindo da defasagem temporal e mesmo sentimental (no sentido que lhe empresta Flaubert em “educação sentimental”) a **possibilidade de um bom conselho** em cima dos equívocos cometidos por ele mesmo quando jovem. Essa narrativa trata de um processo de “amadurecimento” que se dá de forma retilínea. Já o narrador da ficção pós-moderna não quer enxergar a si ontem, mas quer observar o seu ontem no hoje de um jovem. [...] Por isso, a narrativa memorialista é necessariamente histórica [...], isto é, é uma visão do passado no presente, procurando camuflar o processo de descontinuidade geracional com uma continuidade palavrosa e

racional de homem mais experiente (Santiago, 2002, p. 54-56, grifos do autor).

De acordo com Santiago (2002), a narração memorialista é caracterizada por um enfoque linear e retrospectivo, em que o narrador – geralmente mais experiente – revisita o passado com o intuito de extrair dele lições e conselhos baseados nos erros e acertos do contexto vivido. Para ele, o narrador memorialista toma essa postura a partir de uma posição de sabedoria adquirida. Nas obras memorialistas, há um senso de progressão clara, de amadurecimento ao longo do tempo. Esse narrador-autor usa essa posição de sabedoria para dar sentido ao passado, buscando apresentar uma continuidade entre o que ele era e o que se tornou.

Em consonância, quando Le Goff (1990, p. 442) afirma que “Ao poder pela memória responde a destruição da memória”, refere-se à dialética entre a preservação e a manipulação da memória como um instrumento de poder e a sua consequente destruição ou apagamento. Memória e poder estão intrinsecamente conectados. Aqueles que controlam a memória, controlam também a narrativa histórica e, por extensão, influenciam a identidade cultural e social. Todavia, o poder pela memória também pode culminar na sua destruição, ao passo que regimes autoritários, por exemplo, procuram apagar memórias que contrariam suas narrativas oficiais ou suprimem lembranças que poderiam incitar resistência ou descontentamento. Esse processo de destruição da memória é uma forma de controlar a história e moldar o futuro ao apagar aspectos indesejáveis do passado. Conforme aponta Lombardi (2004), as fontes precisam ser contrastadas, uma vez que

[...] existe o problema de as fontes pretendidas serem lacunares, parciais, escassas, raras ou dispersas. Assim é preciso usar as informações iniciais obtidas para que estas nos levam a novos dados, lendo “nas linhas e entrelinhas” e atentos aos indícios que levam a novas perguntas e a novas fontes – formando dessa forma, uma rede de informações. É importante não recorrer a uma única fonte, mas sim confrontar várias fontes que dialoguem com o problema de investigação e que possibilitem (ou não) que se dê conta de explicar e analisar o objeto investigado (Lombardi, 2004, p. 156).

Ao incentivar o discente à pesquisa, bem como ao expô-los aos diferentes tipos de fontes, a BNCC (2017) elucida que os estudantes adquiram condições de selecionar, compreender e refletir “sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens (Brasil,

2017, p. 416).

Obras memorialistas

Entre as obras memorialísticas, destaca-se *Verde a Liberdade: Flagrantes da Revolução em Mato Grosso – versos populares*, obra escrita por Pedro Luiz de Souza (1965) – ex-deputado do PTB, preso logo após o golpe de 1964. Publicada em forma de opúsculo – ou seja, um livreto (ou folheto) artístico de poucas páginas sobre um assunto específico –, essa obra, composta por 404 estrofes, foi, inicialmente, escrita na prisão, mas a riqueza de detalhes sugere que sua composição se estendeu além do período de encarceramento. Os versos dessa poesia fazem menção a lugares e acontecimentos posteriores ao golpe, o que fornece um relato minucioso dos eventos ocorridos no, até então, sul do Mato Grosso.

De acordo com Le Goff (1990), a cultura grega antiga tinha uma relação íntima com a poesia e o conhecimento. Na Grécia antiga, a memória era personificada na figura de uma deusa, *Mnemosine* – mãe das nove musas que inspiravam as artes e ciências. Era a deusa a responsável pela preservação da memória dos heróis e seus feitos, e presidia sobre a poesia lírica. Nesse contexto, “O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. E a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heroica e, por isso, da idade das origens” (Le Goff, 1990, p. 438). De acordo com o autor, nas doutrinas órficas e pitagóricas, a memória desempenha papel crucial como “antídoto do Esquecimento”, pois a memória não é apenas uma ferramenta de recordação, mas também uma fonte de sabedoria e eternidade, fundamental para a identidade e continuidade cultural.

Em *Verde a Liberdade*, Souza (1965) documenta nomes e cidades, revelando como as forças contrárias a João Goulart se organizaram para assumir o poder. A obra descreve demissões arbitrárias de funcionários públicos, perseguições, intimidações de civis, prisões e cassações em várias cidades mato-grossenses. Esses relatos são valiosos para entender a extensão da repressão e a dinâmica política local durante a ditadura militar, de modo a evidenciar as ações repressivas perpetradas pela Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) com o apoio dos militares. A ADEMAT foi um movimento paramilitar no estado de Mato Grosso, fundado em 1963, caracterizado pela ideologia anticomunista, ligado à execução de atividades repressivas, perseguições políticas e fornecimento de dados à 9ª Região Militar (Olegário, 2018).

A obra *A poeira da jornada: memórias* (1980), escrita por Demosthenes Martins, é uma imersão na história e na formação territorial de Mato Grosso do Sul, pois aborda o período anterior e durante a ditadura militar brasileira (1964-1979). Por meio de suas memórias, o escritor oferece uma narrativa que mistura aspectos pessoais e públicos, explorando 65 anos de vivências em solos sul-mato-grossenses.

Martins (1980) narra sua trajetória iniciada na década de 1910, quando migrou de Recife para Belém do Pará em busca do sonho de se tornar advogado. Diante de dificuldades econômicas, tornou-se telegrafista, profissão que o levou a várias localidades do Brasil, incluindo o sul de Mato Grosso, onde consolidou sua carreira jurídica e política. Estabelecendo-se em Nioaque, atuou como advogado e líder político, ocupando cargos como vereador, prefeito e secretário, o que lhe proporcionou um amplo conhecimento sobre a formação histórica e espacial da região. Em sua obra, Martins (1980) oferece uma visão peculiar sobre o golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu. Seu narrador-autor descreve o golpe como uma reação contra o comunismo, destacando as ações de João Goulart que, segundo ele, culminaram na ascensão dos militares ao poder. A narrativa reflete o descontentamento da burguesia agrária de Mato Grosso com as reformas políticas propostas por Goulart, consideradas subversivas e prejudiciais aos interesses da classe média e do setor agrário.

Um ponto central da narrativa é a secessão do sul de Mato Grosso. O narrador-autor relata a consolidação do novo estado, destacando os esforços e as políticas implementadas pelo regime militar para estabilizar e desenvolver a região. Ele descreve que o processo de divisão territorial é consequência lógica e necessária, apoiada por fatores geoeconômicos e históricos, culminando na criação oficial do Mato Grosso do Sul em 1977. O Currículo de referência de Mato Grosso do Sul (2019) destaca a atuação dos militares no período pré-ditadura (iniciado ainda no Estado Novo, de Getúlio Vargas na década de 1940) e no período de fato (1964-1985),

O Estado foi criado em 1977, em um momento singular da história brasileira, período de ditadura militar e também de desenvolvimento do Oeste, iniciado no governo de Getúlio Vargas que lançou um novo projeto para intensificar a ocupação do Centro-Oeste, conhecido como a “Marcha para o Oeste”, na década de 1940 (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 25).

No Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019), a divisão do estado é tema ministrado no 9º do Ensino Fundamental I, por meio da Habilidade “(MS.EF09HI00.n.25) Identificar e compreender o processo que resultou na criação do

Estado de Mato Grosso do Sul”. (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 785). Por meio dela, o estudante deve compreender

[...] a relação do ato de criação do Estado, relacionando-o com o contexto da ditadura civil-militar no Brasil e discutir as questões relacionadas à memória e à construção identitária. Caberá recorrer aos registros dos primeiros movimentos divisionistas, mostrando, entretanto, que no contexto em que foi consolidada a criação do Estado, não havia significativa mobilização por esta causa, o que demonstra o caráter estratégico do governo central em tal demanda. Por que criar um novo Estado interessa ao governo militar ditatorial (Mato Grosso do Sul, 2019, p.785)?

O narrador-autor de Martins (1980) inicialmente apoia o regime militar, mas, ao final, expressa um *mea culpa*, revelando desapontamento com certas políticas, especialmente relacionadas à administração local e às eleições que levaram Pedro Pedrossian ao governo de Mato Grosso. Esse descontentamento aparece em suas críticas e na descrição de tensões políticas que marcaram sua trajetória. Em *A poeira da jornada: memórias*, Martins defende os interesses da burguesia agrária, alinhando-se à ideologia dominante que buscava preservar as estruturas de poder e propriedade. Sua narrativa marginaliza e deslegitima movimentos sociais e lutas agrárias, retratando-os como ameaças subversivas, o que reflete a luta de classes entre proprietários de terra e trabalhadores em busca de reformas agrárias e justiça social. Apesar de sua aprovação inicial ao regime militar, seu posterior desencanto evidencia uma crença ingênua na capacidade do governo autoritário de promover moralidade e honestidade, ignorando as repressões e injustiças sistemáticas contra os trabalhadores.

A obra de Demosthenes Martins (1980) permite demonstrar aos estudantes como a posição de classe social influencia a narrativa histórica, evidenciando diferentes perspectivas e interesses entre grupos sociais. De acordo com a BNCC (2017, p. 402), a competência 4 de História propõe identificar e analisar criticamente interpretações históricas de diferentes sujeitos, com base em princípios éticos e democráticos. Representando as elites rurais e pecuaristas, Martins legitima a manutenção do poder e deslegitima as demandas dos movimentos sociais, refletindo a luta de classes e os esforços das elites para preservar seus privilégios. A obra, assim, oferece um exemplo claro de como contextos sociais e políticos moldam a memória histórica e as relações de poder.

Nessa perspectiva, Olegário (2018) discutiu a presença do IBAD no sul de Mato Grosso, por meio da fundação da ADEMAT. Mediante a análise de fontes periódicas e

orais sobre essa organização, foi possível examinar a atuação política, composição, adversários e discurso. Ao investigar as biografias dos integrantes da ADEMAT, Olegário (2018) identificou um padrão: eles eram membros de associações relacionadas à indústria, ao comércio, à pecuária, aos bancos e à maçonaria, havendo “[...] uma tendência de que tais membros, em sua grande maioria, integravam redes de interesse que vinculavam o poder político e econômico local” (Olegário, 2018, p. 76).

Em busca de atender também à habilidade “MS.EF09H100.n.25”, que enfatiza a influência dos militares no processo de redimensionamento territorial local, apresenta-se também a obra *O patrimônio de São Carlos – do descobrimento do Brasil à fronteira da Ditadura* (2011), de Nilson Brites, a qual aborda a história do povoado de São Carlos, desde a origem de exploração da região no século XVIII até os anos de repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil. A região, inicialmente disputada entre Portugal e Espanha, foi palco de conflitos territoriais, e apenas em 1930, através de um decreto, foi oficializada como uma comunidade. Um Destacamento Militar foi instalado na região, no início da década de 1960, com a justificativa de proteger as fronteiras, especialmente após um incidente envolvendo um soldado paraguaio. No entanto, esse destacamento, em articulação com fazendeiros locais, acabou por expulsar os moradores do povoado, usando métodos arbitrários e violentos, característicos dos anos de chumbo da ditadura militar.

O livro destaca como o Exército, ao alegar posse mansa e pacífica da área, começou a expulsar as famílias que viviam na região, muitas delas há décadas, sem qualquer mandado judicial. As expulsões começaram em 1979 e culminaram em 1980, com a retirada da última família. A comunidade de São Carlos foi destruída, com casas incendiadas e pomares devastados, em uma tentativa de apagar qualquer vestígio de ocupação humana na área.

Vale a pena sonhar, de Apolonio de Carvalho (1997), revela-se como uma obra memorialista relevante para o estudo das trajetórias pessoais na militância política. A autobiografia narra os eventos que moldaram a vida do narrador-autor de Apolonio, além de oferecer uma visão abrangente das dinâmicas políticas do século XX, especialmente no que concerne à esquerda brasileira e internacional. Carvalho (1997), ao longo de suas memórias, conecta sua experiência pessoal com os grandes movimentos históricos do período, abrangendo eventos como a Revolução de 1930 e o Estado Novo, a Guerra Civil Espanhola e a Resistência Francesa, culminando com os que se seguiram ao golpe militar de 1964 no Brasil.

A obra se destaca, também, por sua capacidade de explorar o idealismo que permeava as ações dos militantes da época. Carvalho (1997) retrata, por meio de sua narrativa, a luta pela igualdade social, por meio de sua dedicação à causa socialista, como sua participação na Resistência Francesa, mas também nas muitas derrotas que ele e seus companheiros enfrentaram, tanto no Brasil quanto em outros contextos internacionais. Além disso, *Vale a pena sonhar* oferece uma contribuição significativa ao estudo das estratégias de resistência e das formas de organização política adotadas pelos militantes de esquerda.

A narrativa de Carvalho (1997) permite que se compreendam as complexidades envolvidas na luta contra o autoritarismo, bem como as dificuldades inerentes à manutenção da coerência ideológica em face das adversidades. Essa análise é enriquecida pelo relato sincero de suas experiências de prisão, tortura, e exílio, que ilustram os sacrifícios pessoais feitos em nome de uma causa maior.

Um dos aspectos mais notáveis da obra é a intersecção entre a vida pessoal e a militância política. A relação de Apolonio com sua esposa, Renee, é apresentada não apenas como um vínculo afetivo, mas como um elemento central em sua jornada política. A parceria entre eles, que transcende o campo pessoal e adentra o coletivo, exemplifica como as relações íntimas podem reforçar o compromisso com ideais políticos e sustentar a resiliência em tempos de adversidade. *Vale a pena sonhar* é um testemunho histórico que elucida a intersecção entre o indivíduo e o coletivo, o pessoal e o político, em um período crítico da história mundial. A obra de Apolonio de Carvalho (1997) oferece uma análise profunda das lutas, derrotas e vitórias que moldaram a trajetória da esquerda no século XX, servindo como um recurso indispensável para estudiosos e leitores interessados em compreender a complexidade e a profundidade do engajamento político.

Em seu livro de crônicas intitulado *Histórias que ninguém iria contar – História da vida banal do PCB em Mato Grosso do Sul*, Fausto Mato Grosso (2021) revela aspectos da militância política no Estado de Mato Grosso do Sul, nos quais esmiuça as relações entre o partido (PCB) e as governanças do estado, como Pedro Pedrossian, Wilson Martins e Lúdio Coelho. O autor dá ênfase, em suas crônicas, ao período da ditadura civil-militar brasileira, com relatos sobre a prisão e tortura – sua e de seus colegas de partido. De acordo com o escritor, o livro é um manifesto contra a ditadura e deve servir de alerta às novas gerações, uma vez que “contando como foi a Ditadura no passado, coisas que as novas gerações desconhecem. A gente faz um alerta para o

futuro sobre o que significa uma Ditadura” (Mato Grosso, 2021).

Meu livro consiste numa série de crônicas que eu escrevi sobre o partidão entre 1960 a 1980. É uma história das minúcias, de coisas pequenas, de coisas que quem for escrever a história do PCB não iria tratar delas, por isso eu chamo de ‘Histórias que Ninguém Iria Contar’. Isso porque não tem fontes, eu sou a fonte dessas histórias” (Mato Grosso, 2021).

A biografia *Nelson Trad – Uma Vida Pra Valer*, escrita por Oscar Ramos Gaspar (2018), homenageia Nelson Trad, sete anos após sua morte, destacando sua trajetória como advogado e político em Mato Grosso do Sul. Trad, que enfrentou a repressão da ditadura militar, teve seu mandato de vice-prefeito cassado e ficou inelegível por dez anos. A obra, estruturada em 23 capítulos, é baseada em mais de 70 depoimentos e aborda sua vida pessoal, militância, carreira jurídica e política, além de sua paixão pelo futebol e a recuperação de seus direitos políticos com a Anistia. Durante a ditadura civil-militar, Trad se destacou como opositor do regime, enfrentando desafios políticos que impactaram nas suas relações de trabalho e familiar. Conforme aponta Fioravante (2020),

Em Campo Grande, a perseguição a políticos que não se articularam ao Regime Ditatorial – não seria o caso de serem considerados comunistas – foram perseguidos, alguns presos, como o caso de Nelson Trad, na época filiado ao PDT, que advogava em causas trabalhistas. Nelson foi preso nos porões de uma conhecida casa situada na esquina da avenida Calógeras com a avenida Mato Grosso, de acordo com o depoimento de sua esposa Terezinha Trad ao Comitê Memória Verdade e Justiça. Ele teria sido preso mais de 14 vezes, tendo sua casa revirada e os livros de sua esposa (na época professora) eram questionados (sociologia, história, eram “coisas de comunista”) (Fioravante, 2020, p. 88).

Desse modo, fica evidente que a construção histórica acerca do período ditatorial brasileiro engloba mais do que a manifestação dos fatos, mas da disputa de poder. O que se pode (e deve-se) levantar questionamento é: a ditadura civil-militar foi boa para alguém? E se foi, o foi para quem? E por quê? São pontos a serem discutidos, por meio da análise textual apresentada em sala de aula, das diversas fontes levantadas – que podem subsidiar as respostas.

Muito se discute se a ditadura foi apenas militar. Alguns autores como Fico (2014), Ridenti (1993) e Stepan (1971) pontuam que foi uma “ditadura civil-militar”, em razão da constante participação civil, haja vista os casos das milícias populares – como

a ADEMAT, exemplificada por Olegário (2018). Outros, como Reis (2014) e Dreifuss (1981) destacam ter sido uma ditadura empresarial-militar, na qual apontam o empresariado como grande articulador e financiador do Golpe de 1964 e de todo o período ditatorial. No que se refere aos documentos normativos atualizados da educação, o referencial nacional – a Base Nacional Curricular Comum (2017) – utiliza o termo “ditadura civil-militar”, como se pode verificar no trecho que corresponde às habilidades desenvolvidas no 9º ano do ensino fundamental II: “(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (Brasil, 2017, p. 431).

No âmbito local, ou seja, no que consiste a história regional, o Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul (2022) propõe o ensino do período ditatorial na Unidade Temática “Modernização, ditadura civil militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, tendo como Objetos de Conhecimento “Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistências, As questões indígena e negra e a ditadura” e apresentando como Habilidades “(MS.EF09HI19.s.22) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 777). No que diz respeito às ações didáticas, o documento sugere:

[...] explicar o processo que resultou no golpe civil-militar de 1964 e na instalação da ditadura (1964-1985) e reconhecer a importância da Comissão Nacional da Verdade, que investigou as violações de direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988 por agentes públicos e pessoas ao seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro. Pode-se propor identificar as diferenças entre as duas faces do regime que se implantou no Brasil em 1964: de um lado, a aparência democrática por manter os três poderes, as eleições (indiretas) e o sistema partidário (controlado) e, de outro lado, a realidade dos bastidores do poder, marcada pela repressão militar e violação dos direitos humanos (prisões, tortura, cassação de mandatos políticos e exílio) e pelo Ato Institucional no 5 (1968-1978). Nessa linha, é importante discutir as duas versões do regime: para os militares, foi uma “contrarrevolução” que evitou a “comunização” do país; para a oposição, uma ditadura que impediu o processo de democratização do país. Pode-se aprofundar a habilidade propondo o papel do general Geisel: teria sido o condutor da distensão lenta e gradual para a pacífica transição democrática ou o presidente frio que autorizou o assassinato de opositores do regime, conforme documento da CIA revelado em 2018? Nessa discussão, é fundamental atentar para o fato de que, em 2010, o Brasil foi

condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelos crimes cometidos pelo regime militar durante a guerrilha do Araguaia (1972-1974) e por não ter punido os responsáveis por sequestros, torturas e desaparecimentos. O governo brasileiro se justificou afirmando que a Lei da Anistia de 1979 impedia a investigação e os julgamentos dos crimes. A Lei de Anistia foi revalidada em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal. Vale ressaltar que ao abordar a temática com a denominação civil-militar, espera-se que o estudante investigue e perceba que tal denominação, remete a um dos mais significativos fatores desse processo, qual seja, a participação de setores influentes da sociedade civil, que impetrou apoio ao golpe militar, pois renegava as medidas ditas, progressistas, tomadas pelo então governo. Além de compreender o processo e caracterizá-lo, é relevante discutir sobre a memória desse período e a efetivação ou não, da justiça. **Tal discussão poderá ser pautada por fontes diversas** (Mato Grosso do Sul, 2022, p. 777-778, grifos nossos).

No que concerne à História do estado de Mato Grosso do Sul e ao período ditatorial, o documento apresenta como Objetos do conhecimento: “A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, Movimentos divisionistas precursores; A influência do Regime militar: um novo Estado e a ampliação de grupos favoráveis ao sistema; O nome do Estado e a construção da identidade” (p.778). Para tanto, expõe as seguintes sugestões didáticas:

[...] contempla um período significativo para a história de Mato Grosso do Sul. Espera-se que o estudante, ao analisar tal contexto, tenha condições de fazer conexões com a história do Brasil. Um ponto importante dessa análise, é a relação do ato de criação do Estado, relacionando-o com o contexto da ditadura civil militar no Brasil e discutir as questões relacionadas à memória e à construção identitária. Caberá recorrer aos registros dos primeiros movimentos divisionistas, mostrando, entretanto, que no contexto em que foi consolidada a criação do Estado, não havia significativa mobilização por esta causa, o que demonstra o caráter estratégico do governo central em tal demanda. Por que criar um novo Estado interessa ao governo militar ditatorial? Discutir a questão do nome do Estado. Por que optou—se por uma nomenclatura tão similar a Unidade Federativa de origem? Qual a relação entre o nome escolhido e as questões de identidade e reconhecimento nos dias atuais? Para trabalhar essas e outras questões, pode se recorrer à registros de debates propostos à mudança do nome do Estado. Será relevante **trabalhar com diversas fontes**, principalmente jornalísticas, mapas, e documentos oficiais, entretanto as TDIC, serão recursos importantes para sistematização das ideias e conceitos propostos (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 778, grifos nossos).

Além da Ditadura Civil-Militar, um objeto de conhecimento estudado em História Regional, no estado do Mato Grosso do Sul, é a Marcha para o Oeste (período pré-ditadura) e a Divisão do Estado (1977), esta última fortemente apoiada pelo regime

militar. O Referencial Curricular da REME (2022), proposto pela secretaria municipal de educação da cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, propõe como Habilidade: “(CG.EF09HI18.s) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais” (Campo Grande, 2022, p. 173). Para tanto, ela sugere as ações didáticas:

No que concerne à história regional, é importante relacionar a conjuntura nacional com as questões locais, a exemplo da ocupação territorial no contexto da Marcha para o Oeste. Para tanto, é possível lançar mão dos arquivos públicos estaduais e municipais, além do acervo de museus da cidade, abordando, inclusive, através de fontes históricas diversas, a questão da fundação de Campo Grande e o progressivo aumento da importância da cidade na região sul do antigo estado de Mato Grosso (Campo Grande, 2022, p. 172).

No que concerne ao uso da multiversalidade das fontes, o documento (2022) aponta que haja a “Incorporação, sempre que possível, de diferentes fontes históricas como recurso didático, visando a desenvolver nos alunos o entendimento dos processos de construção do conhecimento histórico, conforme propõe a chamada ‘atitude historiadora’, proposta pela BNCC” (Campo Grande, 2022, p. 120).

Por fim, destaca-se a obra memorialista escrita por Laura Samudio Chudecki (2018), neta do perseguido e preso político Luis Samudio, no período ditatorial paraguaio (1954-1989) e brasileiro (1964-1985). Membro do exército paraguaio em 1954, sendo filho de um opositor ao governo de Stroessner, Samudio sofreu muita pressão no Exército. Ao sair do Exército, em 1956, passou a atuar clandestinamente contra o governo ditatorial no Paraguai, ficou preso por 4 meses e, ao ser liberado, teve sua vida constantemente acompanhada pelo serviço secreto da ditadura paraguaia. Na década de 1960, foi novamente convocado à prisão, fugindo pela fronteira para a região do sul do Mato Grosso, na cidade de Campo Grande. Continuando o movimento de resistência, desta vez Samudio foi preso no Brasil, pois “O general Stroessner, por meio de seu ministro de relações exteriores, enviou um alerta ao presidente brasileiro Castelo Branco. Relatava a existência de um grupo de paraguaios armados que residiam no Mato Grosso” (Samudio, 2018, p.24). No Brasil, foi preso em 1965, junto a outras 20 pessoas, cumprindo cerca de 3 anos de sentença, por fim sendo transferido para Cuiabá. Ao sair, voltou à Campo Grande, pois já havia constituído família no Brasil e resolveu ficar – e continuar no movimento de resistência.

Livros temáticos: movimento de resistência frente à ditadura civil-militar em Mato Grosso do Sul

Os livros de cunho histórico local, com recortes temáticos, devem também ser fontes de construção historiográfica e instrumentos didáticos pertinentes ao ensino de História Regional. Alves (2001) pontua que se deve perseguir uma nova didática, voltada a articular

[...] conhecimento culturalmente significativo, por meio de recursos como livros e obras clássicas, vídeos, filmes, Internet, etc.; deve ser buscada, sistematicamente, uma nova forma de realizar o trabalho didático, ela própria fruto da encarnação do conteúdo assumido pelos novos recursos tecnológicos produzidos pelo homem (Alves, 2001, p. 251).

Eronildo Barbosa da Silva (2005) dedica, na obra *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso (1920-1980)*, um capítulo específico para abordar os impactos da ditadura civil-militar na região. O capítulo intitulado “O golpe de 1964 no sul de Mato Grosso”, composto por 22 páginas, detalha a perseguição e repressão enfrentadas pelos trabalhadores sindicalizados em Campo Grande após o golpe de 1964. O autor descreve as intervenções nas entidades sindicais, as prisões dos líderes e a intensa vigilância sobre seus membros, ações perpetradas pela ADEMAT com o apoio dos militares.

Silva (2005) narra, ainda, a prisão de bancários no início de 1964 e sua posterior libertação pelo advogado Wilson Barbosa Martins, um membro da ala democrática da UDN. A atuação de Martins na soltura dos bancários foi duramente criticada, destacando as complexas relações políticas da época. Esse relato evidencia a brutalidade da repressão e a resistência enfrentada pelos trabalhadores, proporcionando uma perspectiva crítica sobre as dinâmicas de poder e as tensões sociais durante a ditadura civil-militar no sul de Mato Grosso. Complementando, Eronildo Barbosa da Silva também escreveu *55 anos de lutas do Sindicato dos Bancários de Campo Grande MS e Região (1955 a 2014)*, livro no qual narra a prisão de bancários em janeiro de 1964, por picharem muros em homenagem a Luis Carlos Prestes.

Esses episódios – documentados de forma detalhada – ilustram a perseguição intensa enfrentada pelos trabalhadores sindicalizados e o papel das entidades como a ADEMAT em colaboração com os militares. Utilizar essas obras em sala de aula permite aos alunos uma compreensão mais profunda da história local, evidenciando as complexas dinâmicas de poder, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Por meio do estudo dessas narrativas, os estudantes podem desenvolver uma

visão crítica sobre o período, entendendo como diferentes grupos sociais experienciaram e reagiram às mudanças políticas, além de valorizar a importância do contexto local na construção da memória histórica.

Rubens Valente (2017) investigou, em seu livro *Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura*, as centenas de mortes indígenas no período ditatorial. No período de um ano, o autor percorreu 14 mil quilômetros de carro, passando por dez estados e aldeias, dentre eles o Amazonas, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Valente entrevistou cerca de 80 pessoas, como indígenas, sertanistas, missionários, militantes da causa indígena.

Valente (2017) utilizou como fontes documentos coletados em arquivos de Brasília, São Paulo e Rio, além de trazer registros inéditos de erros e omissões que levaram a tragédias sanitárias durante a construção de grandes obras, como a rodovia Transamazônica, que cruzou a Amazônia de leste a oeste. O livro conta a história coletada ao longo de “[...] 26 anos de reportagem para jornais de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, período em que conheci cerca de trinta terras indígenas, dentre as quais yanomami, terena, guarani, nambikwara, tapirapé e xavante” (Valente, 2017, p.9). Seu livro pode ser utilizado para a compreensão da história dos povos indígenas no contexto da ditadura civil-militar, em consonância com a Habilidade: “(CG.EF09HI2L.s) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura” (Campo Grande, 2022, p. 174; Mato Grosso do Sul, 2019, p. 784). O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019) ainda destaca entre as ações didáticas,

Para trabalhar esta habilidade, será necessário uma postura investigativa sobre questões obscurecidas na história. O silenciamento da história tradicional pode ser objeto de discussão e análise. A habilidade consiste em reconhecer os movimentos indígenas e quilombolas como formas de contestação à política desenvolvimentista do regime ditatorial (1964- 1985), cujas obras públicas (rodovias, hidrelétricas, usinas, barragens etc.) levaram a desmatamentos, invasão de terras indígenas, extermínio de etnias, bem como alagamento e expulsão de terras de quilombolas (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 784).

É de consenso geral que a história dos povos indígenas no Brasil – assim como dos negros – é condensada no período colonial, quando se fala no ensino de História. Porém, adequando-se às leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam sobre o ensino da História etno-racial no Brasil, a história indígena e negra passou a ser gradualmente abrangida

aos outros recortes temáticos e períodos –, como se pode observar na BNCC (2017) e nos referenciais curriculares estaduais e municipais.

O livro *Mulheres na ditadura: agenciamentos de lutas e resistências*, organizado por Ilsyane do Rocio Kmitta, Suzana Arakaki e Tânia Regina Zimmermann (2022) é uma coletânea de ensaios que explora as diversas formas de resistência e luta das mulheres durante a ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985. Essa obra reúne uma diversidade de perspectivas que destacam as experiências de mulheres que enfrentaram opressões de gênero, raça e orientação sexual, proporcionando uma visão multifacetada de suas lutas e resistências.

Dentre os textos que abordam especificamente o sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), destaca-se o capítulo “Entre silêncios e resistência: as mulheres indígenas na Ditadura Civil Militar no Sul de MT/MS”, de Carla Fabiana Costa Calarge, Daniele Lorenço Gonçalves e Lenir Gomes Ximenes (2022). Esse capítulo explora as resistências e protagonismos das mulheres indígenas frente à ditadura civil-militar, destacando as violências étnicas e de gênero que enfrentaram e como suas lutas foram ressignificadas nos anos 1980, culminando na garantia de direitos na Constituição de 1988. Outro capítulo relevante é “Amém e Perigo Vermelho: mulheres e ditadura civil militar no sul de Mato Grosso”, de Suzana Arakaki (2022), que reflete sobre a participação das mulheres no apoio e na resistência ao regime militar na região. A autora examina as mobilizações das mulheres conservadoras, que se uniram em nome da família e da fé, formando organizações com apoio da igreja e entidades de classe, e destaca, também, a resistência de mulheres que enfrentaram perseguições, prisões e torturas em Campo Grande.

Esses capítulos são essenciais para compreender a dinâmica específica do sul de Mato Grosso durante a ditadura civil-militar, revelando as complexas interações entre resistência, opressão e a busca por direitos humanos em uma região marcada por intensos conflitos sociais e políticos. Eles dialogam com as Habilidades expostas na BNCC (2017) que visam a “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas” (Brasil, 2017, p. 431). Também se enquadra na Habilidade proposta no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, “(MS.EF09HI20.s.23) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar”, na qual é esperado que “[...] o estudante compreenda

e valorize o significado dos movimentos de resistência para a condição de democracia, extensão de direitos civis e liberdade, dos quais a sociedade dispõe nos dias atuais” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 784).

O livro *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945/1995*, de Helton Costa e Carlos Henrique Pimentel, examina a trajetória de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao longo de 50 anos, ressaltando seu papel na oposição a governos autoritários no Brasil. A obra distingue entre dois grupos principais: os legalistas, ex-combatentes que defendiam a Constituição de maneira intransigente, e os militantes de esquerda, que variavam desde alas mais moderadas até as que defendiam a luta armada. Ambos os grupos se uniram em várias ocasiões para resistir a autoritarismos, embora tenham enfrentado divisões e derrotas, especialmente durante o regime militar entre 1964 e 1985, quando muitos foram perseguidos, presos, torturados e alguns até assassinados.

Os autores destacam que os ex-combatentes, após retorno da 2ª Guerra Mundial, embora tivessem seu direito garantido de retorno ao emprego de origem, muitas vezes eram readmitidos, para serem demitidos em pouco tempo, sob alegação de não adequação mais ao trabalho. Outros, “[...] no caso de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a maioria dos ex-combatentes saiu da ‘roça’, e quando retornaram, já não queriam mais voltar a trabalhar na lavoura” (Costa; Pimentel, 2023, p. 66). Desse modo, conforme aponta Costa e Pimentel, os “febianos”, membros das Forças Expedicionárias Brasileiras,

[...] começaram a se organizar e essa organização chamou a atenção do PCB, que via no descaso do Estado e na organização dos próprios ex-soldados, uma chance de expansão ideológica e uma forma de reatar laços de companheirismo entre os irmãos de armas que haviam sobrevivido ao caos dos combates (Costa; Pimentel, 2023, p.66).

A pesquisa se baseia em documentos primários do Arquivo Nacional, do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e de arquivos soviéticos, com o objetivo de fornecer uma visão precisa e acessível dos acontecimentos. O livro também homenageia aqueles que, apesar das adversidades, mantiveram sua integridade diante de regimes autoritários, destacando a importância de reconhecer a gravidade dessas situações para as gerações futuras. Helton Costa, doutor em Comunicação e Carlos Pimentel, mestre em História Social, trazem um estudo detalhado e bem documentado sobre a luta desses veteranos, destacando o impacto histórico de sua resistência e os

desafios que enfrentaram ao longo das décadas. Esta obra pode ser usada para atender à Habilidade “(MS.EF09HI22.s.26) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 785), na qual é sugerida como didática “destacar, ainda, as tensões internas do meio militar, divididas entre os que apoiavam a abertura política e os contrários a ela (a “linha dura”), esses últimos responsáveis pelo agravamento da repressão” (Mato Grosso do Sul, 2019, p.785).

As fontes textuais como instrumentos didáticos voltados a estimular o pensamento crítico: uma proposta metodológica contextualizada

Tendo o letramento crítico como ponto de partida, o ensino de História precisa ir além de meras datas e fatos. Há a necessidade de ajudar os estudantes a enxergar as estruturas sociais e culturais que moldam as narrativas do passado e a perceber como elas se conectam com o presente. Assim, partindo do conceito de letramento crítico com base nas discussões apresentadas por Cusicanqui (2010), pode-se afirmar que o ensino de História exige uma abordagem que vá além da mera transmissão de informações. A autora enfatiza a necessidade de conectar narrativas históricas às condições sociais contemporâneas, revelando as estruturas subjacentes de poder e dominação.

No contexto da Ditadura Civil-Militar em Mato Grosso do Sul, a utilização de fontes regionais no ensino de História, embora potencialmente enriquecedora, exige uma abordagem crítica que vá além da mera exposição dos eventos. A perspectiva de descolonização proposta por Cusicanqui (2010) desafia as narrativas tradicionais e autoritárias que frequentemente perpetuam estruturas de poder coloniais, mas sua aplicação no ensino básico requer estratégias que dialoguem diretamente com as tensões sociais e políticas contemporâneas. Trabalhar com biografias e memórias, embora essencial para conectar experiências individuais aos processos históricos mais amplos, pode, sem uma mediação crítica adequada, reforçar visões hegemônicas ou superficiais. Portanto, é imprescindível que essas fontes sejam utilizadas para expor não apenas os eventos, mas as dinâmicas estruturais e os conflitos que sustentaram o autoritarismo, promovendo um letramento histórico que capacite os estudantes a compreenderem e questionarem as continuidades do autoritarismo no presente.

Circe Bittencourt (1993) defende que o ensino de História deve ir além da simples exposição de fatos, conectando os conteúdos aos contextos vividos. Para a autora, explorar a diversidade das fontes históricas é fundamental para construir narrativas que dialoguem com a memória coletiva e as identidades locais. Sob esse olhar, há um estímulo para que os alunos percebam as várias temporalidades que compõem os eventos históricos, permitindo que identifiquem as relações entre o passado e o presente de maneira mais crítica e sensível.

Silva (2009) complementa essa ideia ao destacar a importância de formar uma consciência histórica nos estudantes. Ele descreve essa consciência como a habilidade de interpretar o passado de forma crítica, compreendendo suas implicações no presente e no futuro. De maneira similar, Monteiro (2013) reforça que o ensino de História precisa ser um espaço de diálogo entre o global e o local, onde as memórias individuais e coletivas sejam trabalhadas de maneira crítica. Segundo Monteiro, o uso de fontes regionais, como memórias e biografias, enriquece o aprendizado ao valorizar a diversidade cultural e aproximar os estudantes das histórias que compõem seu próprio território. Esse diálogo com o local permite que os alunos reconheçam o passado em suas comunidades e percebam como ele reverbera em suas vidas.

Lavezo (2019) aponta que o gênero biográfico conecta histórias individuais a eventos coletivos, permitindo aos estudantes explorar como os contextos sociais e culturais moldam as vidas e decisões humanas. Trabalhar biografias de personagens regionais que vivenciaram a ditadura militar pode trazer à tona experiências locais que ilustram as tensões políticas e sociais do período. Por exemplo, a análise das memórias de pessoas que resistiram ao regime em Mato Grosso do Sul possibilita compreender as interseções entre ações individuais e movimentos coletivos, ampliando o escopo das discussões em sala de aula.

Pinsky e Pinsky (2008) reforçam que a leitura de fontes históricas, como autobiografias e memórias, é essencial para promover uma análise crítica do passado. Essa prática estimula os professores a substituírem abordagens didáticas baseadas exclusivamente em manuais por um trabalho direto com fontes primárias, permitindo que os alunos acessem diferentes perspectivas narrativas. Utilizar memórias de pessoas que viveram a repressão em Mato Grosso do Sul, por exemplo, contribui para destacar a subjetividade dos narradores e as nuances das interpretações históricas.

Nesse sentido, Bourdieu (1996) e Certeau (2010) sugerem que biografias e memórias podem desmistificar narrativas lineares e estimular a análise das

complexidades e contradições históricas. Como discutido previamente, as memórias não apenas registram fatos, mas também constroem interpretações do passado, moldadas por aspectos ideológicos e culturais. Estimular os alunos a comparar diferentes memórias e narrativas biográficas, como as de vítimas e agentes do regime militar, pode enriquecer o debate em sala de aula, ajudando-os a compreender as disputas por poder e memória que moldam a história.

Ao planejar aulas que utilizem biografias e memórias, é crucial selecionar narrativas que dialoguem com os conteúdos programáticos. Nesse contexto, Silva (2009) destaca que a biografia pode ser usada como introdução a um período histórico, como ponto de partida para abordar um conteúdo ou como ferramenta para ilustrar o contexto de um personagem específico. No caso do ensino de História Regional, é possível contrastar a narrativa biográfica com documentos oficiais, como inquéritos policiais militares ou manchetes de jornais, enriquecendo a análise histórica e ampliando as perspectivas dos estudantes.

Além disso, a abordagem multidisciplinar, ao associar biografias e memórias a outras áreas do conhecimento, como arte e literatura, potencializa o aprendizado. Lavezo (2021) sugere que a integração desses gêneros com obras literárias amplia o potencial pedagógico, oferecendo aos alunos uma visão mais rica e diversificada dos contextos históricos. Por exemplo, ao relacionar memórias regionais a trechos de *Vidas Secas* ou *Memórias do Cárcere*, os professores podem conectar as experiências individuais aos impactos sociopolíticos da ditadura no cotidiano das pessoas, incentivando uma compreensão mais profunda dos efeitos do autoritarismo.

Tomando o 9º ano do Ensino Fundamental como referência para uma proposta metodológica, a BNCC elenca três habilidades que se relacionam diretamente com a temática aqui proposta. São elas: EF09HI19 – “Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos”, EF09HI20 – “Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar” e EF09HI21 – “Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura”. Nesse contexto, é possível propor uma atividade envolvendo metodologias ativas, como sala de aula invertida, por exemplo, em que o professor poderia ler trechos das obras mencionadas na seção anterior deste trabalho e sugerir questionamentos para que os alunos formulem suas respostas em

casa acerca do contexto da narrativa apresentada, quais memórias são evidenciadas e quais são silenciadas, bem como se a obra dialoga com a história regional e/ou nacional, por exemplo.

Para introduzir o tema, o professor pode contextualizar o período ditatorial, destacando os impactos específicos na região. Com o auxílio de mapas históricos e cronologias, os alunos compreendem o contexto político e territorial que levou à criação de Mato Grosso do Sul em 1977, um marco diretamente ligado às estratégias do regime militar. Organizados em grupos, os estudantes podem refletir sobre questões como as memórias evidenciadas ou silenciadas, a representação dos eventos históricos pelos autores e as conexões entre os contextos local e nacional. Exercícios como esse não apenas desenvolvem a leitura crítica, mas também incentivam a compreensão das relações de poder que moldam as narrativas históricas.

Para aprofundar a análise, as obras literárias podem ser relacionadas a fontes documentais, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e registros históricos sobre a formação de Mato Grosso do Sul. Essa comparação estimula os alunos a identificarem semelhanças e diferenças entre as memórias narradas e os documentos oficiais, ajudando-os a perceber as disputas e as contradições nas interpretações históricas. Dessa maneira, os alunos aprendem a questionar quem tem o direito de narrar a história e quais memórias são apagadas ou destacadas.

Assim, com base nas discussões, os estudantes podem ser convidados a criar suas próprias narrativas, utilizando elementos históricos e memórias coletivas. Essa atividade, alinhada ao componente de Língua Portuguesa, estimula a criatividade e a apropriação do conteúdo, promovendo a escrita de relatos ficcionais que explorem temas como a resistência de movimentos sociais ou os impactos do regime autoritário no cotidiano. As produções podem ser apresentadas em formatos variados, como dramatizações, podcasts ou painéis interativos, incentivando a troca de interpretações e consolidando o aprendizado em um ambiente colaborativo. Em questão avaliativa (formativa e contínua), o professor pode considerar a capacidade dos estudantes de articular as fontes textuais e documentais, a originalidade das narrativas produzidas e o engajamento nas discussões e apresentações.

Considerações finais

As fontes históricas textuais (obras memorialistas, biografias, autobiografias, crônicas, poesias, bem como livros temáticos com recortes voltados às minorias) fazem

parte do arcabouço para a construção historiográfica, e servem como instrumentos didáticos para o ensino de História. Essas fontes proporcionam uma perspectiva única sobre o impacto da ditadura civil-militar na região, permitindo que os educadores integram uma narrativa mais rica e contextualizada no currículo escolar. A incorporação de fontes diversas, inclusive, é orientada no currículo nacional, a Base Nacional Curricular Comum (2017) e nos referenciais locais, como o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2019) e o Currículo de Referência da Reme (2022). Ao utilizar essas fontes, os professores podem desenvolver habilidades críticas nos estudantes, incentivando-os a contrastar os textos e a questionar as narrativas pautadas no senso comum, além de compreender diferentes perspectivas que compõem a memória coletiva sobre a ditadura civil-militar.

A intersecção entre literatura e história, destacada ao longo da pesquisa, demonstra um meio atraente para a compreensão do passado, em que as obras literárias e memorialistas não apenas preservam a memória, mas também promovem o pensamento crítico entre os estudantes. A análise dessas obras permite uma abordagem mais profunda, das complexas dinâmicas sociais e políticas do período ditatorial brasileiro, contribuindo para a formação de uma consciência histórica mais ampla.

Ressalta-se a necessidade de discutir essa temática não apenas como um fenômeno nacional, mas também no recorte local, da História Regional do estado do Mato Grosso do Sul. As fontes revelam como a ditadura civil-militar impactou diretamente a região, influenciando sua formação territorial, as dinâmicas políticas locais e a memória coletiva. Por fim, destaca-se a contribuição deste artigo para o campo da historiografia ao explorar e documentar fontes frequentemente negligenciadas nos estudos sobre a ditadura civil-militar. Ao trazer à tona as vozes e experiências de indivíduos e grupos regionais, a pesquisa amplia o escopo da historiografia e oferece por meio do olhar singular de cada vivência, enriquecendo o entendimento dos impactos e ramificações deste período da história de Mato Grosso do Sul e do Brasil como um todo.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 1ª ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, UFMS, 2001.

- ANDRADE, Jorge. *Labirinto*. São Paulo: Amariyls Editora, 2009.
- ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.
- BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Editora vozes. Petrópolis, RJ: 2019.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.
- BRITTEZ, NILSON. *O Patrimônio de São Carlos: do descobrimento do Brasil à fronteira da Ditadura*. Dourados, MS: Marindress Editora Gráfica, 2011.
- CAMPO GRANDE. *Referencial Curricular – REME*. Secretaria Municipal de Educação. Campo Grande, MS: 2022.
- CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- COSTA, Helton; Pimentel, Carlos Henrique. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945-1995*. Curitiba: Matilda Produções, 2023.
- CHUDECKI, Laura Samudio. *Memória de uma vida*. Produção independente. 2018.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Violencias (re)encubiertas en Bolicia*. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2ª Ed. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FIORAVANTE, Antonia Cristina Rocha. *Fontes historiográficas como instrumento didático para o ensino de história regional em Mato Grosso do Sul: em pauta a ditadura civil-militar*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2020.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GASPAR, Oscar Ramos. *Nelson Trad – Uma Vida Pra Valer*. Editora Letra Livre, 2018.

KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (Org.). *Mulheres na ditadura: agenciamentos de lutas e resistências*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

LAVEZO, Emerson. *Biografias e Ensino de História: diálogos entre memória e construção crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

_____. *Histórias que transformam: o poder das biografias no ensino de História*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, s/d.

MATO GROSSO, Fausto. Entrevista. In: RABELO, Nathália. *'Ninguém iria contar': livro revela bastidores do PCB em MS e faz alerta à Ditadura*. Jornal eletrônico. 2020. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2022/pcb/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

_____. *Histórias que Ninguém Iria Contar – História da Vida Banal do PCB em Mato Grosso do Sul*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2021.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado de Educação. *Currículo de referência de Mato Grosso do Sul: educação infantil e ensino fundamental* / Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2019. (Série Currículo de Referência; 1).

MAURO, Fillipe. *Trois lectures bésiliennes de Proust: sur les rivages de la Vivonne*. Col. Bibliothèque proustienne. Paris: Classiques Garnier, 2023.

MONTEIRO, Ana Maria (Org.). *Ensino de História: tempos, espaços e narrativas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. *A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) no sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181466>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. O que e como ensinar. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 23-45.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

- SANTIAGO, Silvano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SANTOS, Jackson Novaes. *Vestígios do “lugar social” na escrita dos memorialistas*. Anais do XX Ciclo de Estudos Históricos. Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.
- SILVA, Eronildo Barbosa da. *55 anos de lutas do Sindicato dos bancários de Campo Grande e Região (1959-2014)*. Campo Grande: Diogo Gráfica e Editora Ltda, 2014.
- SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980*. Campo Grande MS: Editora Uniderp, 2005.
- SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: KARNAL, Leandro (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 15-30.
- SOUZA, Pedro Luiz de. *Verde a Liberdade: flagrantes da revolução em Mato Grosso – versos populares*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965.
- VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.